RESUMO EXPANDIDO
Anais do Congresso Interdisciplinar Internacional – CONIÚNICA
08 a 11 de setembro. Híbrido, Ipatinga – MG
doi.org/10.53426/con.v5i0.001

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

ASSISTENTE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM IPATINGA, MINAS GERAIS: ATRIBUIÇÕES FORMAIS E DESAFIOS A LUZ DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

SPECIAL EDUCATION ASSISTANT IN IPATINGA, MINAS GERAIS: FORMAL DUTIES AND CHALLENGES IN THE LIGHT OF INCLUSIVE EDUCATION

ASISTENTE DE EDUCACIÓN ESPECIAL EN IPATINGA, MINAS GERAIS: ATRIBUICIONES FORMALES Y DESAFIOS A LA LUZ DE LA EDUCACIÓN INCLUSIVA

doi.org/10.53426/con.v5i0.001

Daliana Ramos Martins Sá[1]; Faculdade Única, Ipatinga-MG, dalianaramos03drm@gmail.com
Josivaldo Emerick Da Veiga[2]; Faculdade única, Iúna-ES josivaldoemerick@yahoo.com.br
Grupo de Trabalho: GT 1 – Educação, Formação Docente e Práticas Pedagógicas

RESUMO

A educação inclusiva tem se consolidado como princípio fundamental das políticas educacionais brasileiras, assegurando o direito de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação à participação plena no processo escolar. Nesse cenário, o cargo de Assistente da Educação Especial ocupa papel estratégico, ao apoiar práticas pedagógicas e colaborar com professores e famílias na construção de ambientes inclusivos. O presente estudo tem como objetivo analisar as atribuições formais e os desafios relacionados à função de Assistente da Educação Especial na rede municipal de Ipatinga, Minas Gerais, à luz da legislação vigente e da literatura especializada.

A metodologia adotada caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, articulando marcos normativos da educação inclusiva, literatura acadêmica recente e as atribuições previstas no Edital nº 001/2026 da Prefeitura de Ipatinga. Esse edital estabelece como responsabilidades do cargo confeccionar materiais adaptados, planejar atividades em conjunto com o professor regente, participar dos Conselhos de Turma, colaborar na elaboração do PDI e interagir com professores e famílias. Tais atribuições evidenciam a expectativa de uma atuação integrada ao processo pedagógico e decisório da escola.

A análise normativa foi atualizada com a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (2025), regulamentada pelos Decretos nº 12.686/2025 e nº 12.773/2025, que vinculam a atuação do profissional de apoio ao PAEE e ao PEI, além de estabelecerem formação inicial mínima de nível médio e formação continuada de pelo menos 180 horas. Essa regulamentação dialoga diretamente com os debates sobre formação, definição de funções e integração pedagógica, apontando avanços na clareza das atribuições, mas também revelando ambiguidades entre diferentes sistemas de ensino. Estudos recentes (HAAS; BAPTISTA; FREITAS, 2024; LEAL; PIMENTEL; MATOS, 2024) identificam precarização relacionada à formação e às atribuições, bem como divergências quanto ao perfil e à articulação desses profissionais com a equipe pedagógica. Gilson e Biggs (2024) acrescentam que a definição de papéis, o planejamento conjunto e a comunicação entre professores e profissionais de apoio permanecem como desafios recorrentes. Conclui-se que, embora haja avanços normativos e atribuições formais bem definidas, persistem desafios quanto à formação continuada, à clareza de funções e à efetiva integração dos Assistentes da Educação Especial no cotidiano escolar. O estudo contribui para a reflexão sobre a necessidade de

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

políticas públicas que assegurem condições de trabalho, formação adequada e valorização desses profissionais, fundamentais para a consolidação da educação inclusiva.
Palavras-chave: Educação inclusiva; Assistente de Educação Especial; Precarização do trabalho; Formação profissional.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um dos pilares das políticas educacionais brasileiras, orientada pelo princípio de garantir a participação plena de todos os estudantes nos processos de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, a presença de profissionais de apoio escolar, como os Assistentes da Educação Especial, tem se mostrado fundamental para viabilizar práticas pedagógicas que contemplem a diversidade e assegurem condições de acessibilidade.

A função do Assistente da Educação Especial envolve apoiar o professor regente, confeccionar materiais adaptados, colaborar em planejamentos e interagir com famílias e equipes pedagógicas. No entanto, a literatura especializada aponta desafios relacionados à clareza das atribuições, à formação continuada e à articulação desses profissionais com os demais atores da escola.

Este estudo delimita-se à rede municipal de Ipatinga, Minas Gerais, tomando como referência o Edital nº 001/2026 da Prefeitura, que define formalmente as atribuições do cargo. A escolha desse recorte se justifica pela necessidade de compreender como as responsabilidades previstas em edital dialogam com os marcos normativos nacionais e com os debates acadêmicos sobre educação inclusiva.

O objetivo é analisar as atribuições formais e os desafios relacionados à função de Assistente da Educação Especial em Ipatinga, à luz da legislação vigente e da literatura especializada, caracterizando-se como pesquisa bibliográfica e documental de abordagem qualitativa.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, articulando literatura especializada, marcos normativos da educação inclusiva e as atribuições do cargo de Assistente da Educação Especial previstas no Edital nº 001/2026 da Prefeitura de Ipatinga. Não foram aplicados questionários ou entrevistas, de modo que os resultados se limitam à análise documental e bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise documental, observou-se que as atribuições formais do cargo de Assistente da Educação Especial na rede municipal de Ipatinga incluem confeccionar materiais adaptados, planejar atividades em conjunto com o professor regente, participar dos Conselhos de Turma, colaborar na elaboração do PDI e interagir com professores e famílias (IPATINGA, 2026). Essas responsabilidades evidenciam a expectativa de uma atuação integrada ao processo pedagógico e decisório da escola.

Gilson e Biggs (2024) identificaram dificuldades relacionadas à definição de papéis, ao planejamento conjunto e à comunicação entre professores e profissionais de apoio, indicando que a presença desses trabalhadores não substitui a necessidade de responsabilidade pedagógica compartilhada. Esses achados sustentam a discussão sobre participação, hierarquização e articulação profissional, reforçando que a integração efetiva depende de clareza nas funções e de práticas colaborativas.

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

Além disso, estudos brasileiros recentes apontam ambiguidades e diferenças entre sistemas de ensino quanto ao perfil e às atribuições desses profissionais (HAAS; BAPTISTA; FREITAS, 2024; LEAL; PIMENTEL; MATOS, 2024). Tais evidências reforçam que, embora haja avanços normativos, persistem desafios na definição das funções e na articulação pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que, na rede municipal de Ipatinga, as atribuições formais do Assistente da Educação Especial estão claramente definidas em edital, prevendo participação em atividades pedagógicas e interação com professores e famílias. Entretanto, a literatura especializada demonstra que ainda existem desafios relacionados à clareza dos papéis, à comunicação entre equipes e à formação continuada desses profissionais.

Conclui-se que, embora haja avanços normativos e atribuições formais bem estabelecidas, é necessário fortalecer políticas de formação e práticas colaborativas para assegurar a efetiva integração dos Assistentes da Educação Especial no cotidiano escolar. O fechamento responde ao objetivo do estudo sem introduzir nova fundamentação bibliográfica, destacando a importância de valorizar esses profissionais para a consolidação da educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025a.
- BRASIL. Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025. Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Brasília, DF: Presidência da República, 2025b.
- GILSON, C. B.; BIGGS, E. E. Perspectives of special education teachers and paraprofessionals on working together in general education settings. International Journal of Inclusive Education, v. 28, n. 14, p. 3341–3356, 2024. DOI: 10.1080/13603116.2023.2216206.
- HAAS, C.; BAPTISTA, C. R.; FREITAS, C. R. de. Profissional de apoio escolar e políticas públicas em educação especial. Cadernos de Pesquisa, v. 54, e10545, 2024. DOI: 10.1590/1980531410545.
- IPATINGA (MG). Prefeitura Municipal. Concurso Público – Edital nº 001/2026. Ipatinga: Prefeitura Municipal, 2026.
- LEAL, I. A. F.; PIMENTEL, S. C.; MATOS, A. P. S. Profissional de apoio escolar na política de educação especial: linhas de uma revisão sistemática. Tópicos Educacionais, v. 30, n. 1, p. 370–395, 2024. DOI: 10.51359/2448-0215.2024.263051.